



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
TERMINAIS DE LÍQUIDOS

Clipping Diário

TERÇA-FEIRA 06.01.26



ABTL não tem contrato com a Ambipar para áreas no Porto

Autoridade Portuária corrigiu informação

DA REDAÇÃO

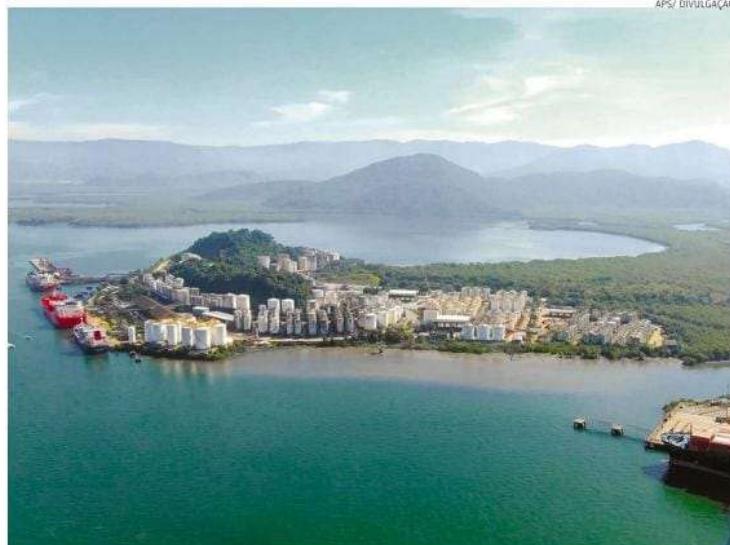
A Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL) não possui nenhum tipo de contrato com a Ambipar. Essa empresa, apenas presta serviços às associadas da entidade.

A informação sobre o contrato foi publicada no domingo, em A Tribuna, após ser divulgada de forma equivocada pela Autoridade Portuária de Santos (APS) quanto à cessão onerosa de duas áreas de 44,6 metros quadrados (m²), no Porto de Santos, para a Ambipar.

A APS havia ressaltado

que "a Ambipar mantém contrato com a ABTL, fato relevante para a localização das áreas na Alemoa e na Ilha Barnabé, áreas com classificação de risco devido à operação de líquidos inflamáveis".

Procurada novamente ontem, a gestora do Porto admitiu o erro e disse que a Ambipar tem contratos com empresas que compõem a associação e não com a figura jurídica da ABTL. "A correção não altera a relevância do dado, visto que essas empresas atuam na operação de líquidos inflamáveis nas



Uma das áreas cedidas é na Ilha Barnabé e guardará equipamentos de contenção de poluentes químicos

áreas mencionadas".

A APS também havia dito que "a Ambipar pleiteou o uso das áreas para executar os planos de contingência dos terminais integrantes do Plano Integrado de Emergência (PIE) da Associação Brasileira de Terminais e Re-

cintos Alfandegados (Abra)". Outro equívoco, já que o PIE pertence à ABTL e não à Abra.

Embora tenha procurado A Tribuna alertando sobre os erros da Autoridade Portuária, a ABTL não quis se manifestar.

Segundo a administra-

ção portuária, as áreas cedidas serão utilizadas exclusivamente para a armazenagem de equipamentos relacionados à contenção e mitigação de poluentes químicos que possam ameaçar o meio ambiente em terra e no mar.

Antaq muda modelo de fiscalização de arrendamentos portuários, com maior atenção aos contratos

PLATAFORMA: BROADCAST | CADERNO: ONLINE | 06.01.26

A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq) terá um novo sistema de fiscalização de contratos de arrendamento neste ano. A iniciativa consta do Plano Anual de Fiscalização (PAF 2026) e prevê um acompanhamento mais detalhado de pontos críticos, com foco nos padrões de serviço e no monitoramento de aspectos estratégicos para o desenvolvimento do setor.

Até o ano passado, as ações de fiscalização eram orientadas pela análise de risco das empresas e pelo cumprimento das obrigações previstas na Resolução nº 75. A partir deste ano, além de manter a abordagem baseada em risco e na observância da resolução, a Agência incorpora a verificação do cumprimento dos aspectos contratuais, em especial das cláusulas dos contratos de arrendamento.

Ao todo, 44 contratos de arrendamento foram selecionados para a aplicação do novo modelo de fiscalização, o que corresponde a quase um terço do total vigente. Os demais contratos serão fiscalizados ao longo dos dois últimos anos do Plano Plurianual de Fiscalização (PPF 2025-2028), conforme o cronograma definido pela autarquia.

O PAF prevê sete eixos de fiscalização temáticas. Entre eles, o diagnóstico do desempenho e da estrutura de fiscalização das autoridades portuárias, a avaliação dos convênios de delegação, a análise de preços em terminais de contêineres e o uso da tonelagem de porte bruto (TPB) da frota nacional para fins de afretamento de embarcações estrangeiras e inscrição no Registro Especial Brasileiro (REB).

Também integram o rol de fiscalizações temáticas as embarcações do transporte misto e a apuração de atrasos e omissões de navios de contêineres na costa brasileira. Segundo o superintendente de Fiscalização da Antaq, Alexandre Florambel, as ações foram definidas com base em critérios de relevância regulatória, alinhamento com o PPF 2025-2028 e análises de risco relacionadas à atualidade das atividades fiscalizatórias da agência.

O plano detalha ainda as chamadas fiscalizações operacionais, que envolvem vistorias in loco. Conforme o PAF 2026, esse tipo de ação será concentrado no transporte de passageiros e misto na navegação interior, além de terminais portuários de passageiros. “O foco será verificar a operação das empresas em relação à prestação do serviço adequado, sem necessidade de verificação documental”, afirmou Florambel.

A Agência explica que o planejamento das ações foi estruturado a partir de uma análise de eficiência, com foco em direcionar a fiscalização para atividades que produzam informações relevantes para a atuação reguladora e que gerem melhores resultados para o País.

Movimentação de cargas nos portos privados do Brasil

cresce 13,6% em outubro

PLATAFORMA: PORTOGENTE | CADERNO: ONLINE | 06.01.26

Associados ATP registraram 78,7 milhões de toneladas no mês, com destaque para o Porto Chibatão (AM): aumento de 322% em relação a 2024

A movimentação de cargas nos Terminais de Uso Privado (TUP) alcançou 78,7 milhões de toneladas em outubro de 2025, o que representa um crescimento de 13,6% em relação ao mesmo mês de 2024. O destaque do período foi o Porto Chibatão, localizado em Manaus (AM), que registrou um aumento de 322,6% na movimentação, segundo dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), consolidados pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

O desempenho positivo observado em outubro reflete, de forma geral, o avanço dos diferentes perfis de carga movimentados nos TUP. Os granéis sólidos totalizaram 47,5 milhões de toneladas, com crescimento de 15,7%, enquanto os granéis líquidos somaram 23,1 milhões de toneladas, alta de 16,7% na comparação anual. A carga conteinerizada também apresentou evolução de 12% no período, atingindo 5,1 milhões de toneladas, o que reforça o papel estratégico dos terminais privados no escoamento de mercadorias e na dinâmica logística nacional.

Nesse cenário, o Porto Chibatão, associado da ATP, apresentou desempenho expressivo ao movimentar 725,5 mil toneladas em outubro, volume significativamente superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Segundo o Grupo Chibatão, o crescimento observado está diretamente relacionado à normalização das condições hidrológicas na Região Norte. Em outubro de 2024, as operações ainda eram impactadas por uma estiagem severa, o que exigiu a adoção de contingências operacionais, como a utilização do píer do Porto Chibatão em Itacoatiara (AM) como alternativa logística, além de restrições de calado e redução da capacidade operacional.

"Com a recuperação gradual dos níveis dos rios em 2025, foi possível restabelecer plenamente as operações regulares no complexo portuário, garantindo maior previsibilidade, aumento da capacidade de atracação e a retomada de fluxos que haviam sido parcialmente suspensos ou redirecionados no período anterior. Esse cenário, aliado a ajustes operacionais e à recomposição da base de cargas, resultou no crescimento observado na movimentação"

Grupo Chibatão

Além do Porto Chibatão, outros terminais privados apresentaram crescimento relevante em outubro. O Terminal Fronteira Norte registrou alta de 285,0%, enquanto o Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena apresentou crescimento de 217,5% na movimentação no período, reforçando o ambiente positivo observado entre os Terminais Autorizados.

Para o presidente da ATP, Murillo Barbosa, os resultados evidenciam a importância dos TUP para o sistema portuário brasileiro, o comércio exterior e a economia do país. "O desempenho observado em outubro reforça o papel estratégico dos TUPs na movimentação portuária nacional,

especialmente pela capacidade de adaptação operacional e pela diversidade de perfis de carga atendidos. O destaque do Porto Chibatão e de outros associados demonstra como a atuação da iniciativa privada contribui para o fortalecimento da logística do país", avalia Barbosa.

Sobre a ATP: A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) representa os interesses e atua em defesa do segmento privado e na modernização dos portos brasileiros, relevantes para a infraestrutura econômica e o desenvolvimento do país. Atualmente, a associação reúne 39 empresas de grande porte e congrega 75 terminais privados do país. Juntas, as empresas movimentam 60% da carga portuária brasileira e respondem pela geração de 47 mil empregos diretos e indiretos. A ATP reúne associadas que atuam em áreas como mineração, siderurgia, petróleo e gás, agronegócio, contêineres e complexos logísticos, relevantes para o comércio exterior e a economia brasileira.

Com mais de R\$ 500 milhões aplicados em 2025, Governo Federal bate recorde de investimentos em hidrovias

PLATAFORMA: GUIA MARÍTIMO | CADERNO: ONLINE | 06.01.26

Ações ampliam a navegabilidade, reforçam a segurança e fortalecem o transporte fluvial em todas as regiões do país

O Governo Federal investiu mais de R\$ 500 milhões em hidrovias ao longo de 2025, em ações voltadas à modernização da infraestrutura, à ampliação da navegabilidade e ao reforço da segurança do transporte fluvial em todas as regiões do país. Coordenadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as iniciativas incluem obras, dragagens, sinalização náutica, recuperação de estruturas e operação de eclusas.

Os recursos beneficiam hidrovias da região Amazônica e de outros eixos estratégicos do país, com investimentos em novas obras e manutenção da infraestrutura nos rios Madeira, Amazonas, Solimões e Tocantins, além do Delta do Parnaíba, dos rios Grajaú, Pindaré, Mearim, no Maranhão, e dos rios Jacuí e Taquari, no Rio Grande do Sul.

Entre as ações voltadas à logística, a hidrovia do Rio Tocantins recebeu R\$ 11,6 milhões em melhorias no canal de navegação, com foco em facilitar o tráfego de embarcações e o escoamento da produção regional.

Já no Rio Solimões, foram aplicados cerca de R\$ 11 milhões em ações de dragagem, com foco em garantir a navegabilidade básica, assegurando o deslocamento de pessoas e o atendimento às comunidades ribeirinhas, especialmente em períodos de estiagem.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância estratégica das hidrovias para a integração nacional. “Estamos investindo para melhorar as hidrovias brasileiras e garantir que o transporte fluvial funcione com mais segurança e eficiência. Essas ações ajudam a reduzir custos logísticos, integrar regiões e promover desenvolvimento para quem mais precisa”, afirmou.

Segundo o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, os investimentos têm como foco assegurar a navegabilidade dos rios ao longo de todo o ano. “Essas ações permitem que a navegação ocorra de forma contínua, fortalecendo rotas estratégicas para o transporte de mercadorias e ampliando a segurança de quem utiliza as hidrovias”, explicou.

Para o diretor do Departamento de Infraestrutura Aquaviária do Dnit, Edme Tavares, “a parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos é fundamental para viabilizar a implementação de políticas públicas voltadas à navegação interior, promovendo não apenas o desenvolvimento econômico do país, mas também impactos sociais positivos nas regiões atendidas”.

Terminais fluviais e impacto social

A construção e a ampliação de terminais fluviais receberam investimentos em diversos estados. No Amazonas, foram beneficiadas cidades como Barcelos, Lábrea, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença. No Pará, os recursos chegaram a Juruti, Oriximiná, Conceição do Araguaia, Vitória do Xingu e Abaetetuba. O município de Santana, no Amapá, recebeu mais de R\$ 10 milhões, além de investimentos destinados a cidades de Alagoas e da Bahia.

De acordo com o diretor do Departamento de Gestão Hidroviária da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, Eliezé Bulhões, os terminais fluviais têm impacto direto na vida da população. “Essas estruturas permitem o transporte seguro de pessoas e mercadorias, facilitam o acesso a serviços básicos e melhoram a rotina de comunidades que dependem dos rios para se deslocar”, destacou.

No Sul do país, o MPor investiu R\$ 3,2 milhões em ações de dragagem e sinalização náutica da Lagoa Mirim. Além disso, foram destinados R\$ 12,8 milhões para a recuperação da navegabilidade das hidrovias do Rio Grande do Sul, afetadas pelas enchentes de 2024.

Outras iniciativas incluíram a operação de terminais hidroviários, que receberam R\$ 155 milhões, a operação de eclusas, com R\$ 46,6 milhões, e a recuperação de estruturas públicas, principalmente na Região Hidrográfica Amazônica, que concentrou mais de R\$ 174 milhões em investimentos.